



OLHARES PARA O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO ESTADO DE PERNAMBUCO (SAEPE) PELA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO

Isaias Julio de Oliveira(1) Sheila Gomes de Melo (2) Lucilene Rodrigues da Silva (3)

Universidade de Pernambuco(UPE) - Isaias-matematica@hotmail.com; Universidade Estadual da Paraíba- (UEPB) prof_bio_sheila@hotmail.com; Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)- lucilenejs@hotmail.com

RESUMO:

A Avaliação Educacional passou a ser identificada a partir de duas dimensões: uma interna, avaliação da aprendizagem realizada pelo professor como parte de seu fazer pedagógico, e a outra externa, avaliação do desempenho escolar, em larga escala, de natureza sistêmica, realizada por agente externo à escola. Ambas precisam estar na pauta das discussões das escolas, para que de fato possam cumprir com o seu papel, para obtenção de resultados efetivos de melhoria da aprendizagem. no âmbito interno, possibilita a avaliação como instrumento de ação formativa, levando instituições e os professores a refletirem a respeito de suas práticas e de seus objetivos e, assim, a melhorar sua ação docente. Por outro, no âmbito externo, oferece informações para que tanto os pais quanto a sociedade, especialmente os sistemas de ensino, possam efetivar um relacionamento produtivo com a instituição escolar. Apurar os usos da avaliação, comparar resultados e comportamento de entrada dos alunos em cada situação e contexto social e institucional é da maior importância para não homogeneizar processos que são de fatos diferentes. Com base neste contexto, dentre outros similares, surge no Estado o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE) com a finalidade principal de monitorar o padrão de qualidade do ensino e apoiar as iniciativas de promoção da igualdade de oportunidades educacionais. Porém, o SAEPE precisa voltar os olhares para o atendimento às limitações dos alunos inclusos na modalidade regular, uma vez que os mesmos gozam de mesmas garantias de aprendizagem, criando para tanto, mecanismos capazes de prestar esses atendimentos.

PALAVRAS CHAVE: Educação Básica, Política Pública Educacional, Avaliação Educacional Inclusiva.

INTRODUÇÃO

O SAEPE a priori, iniciou um processo de reflexão interna na escola baseado nos resultados apontados pela avaliação externa, onde os atores envolvidos começaram reformular metodologias de trabalho dentro dos índices apontados, através de momentos de discussões coletivas, mas essa realidade sofreu uma modificação na sistemática a partir do momento que foi inserido na ideologia dos resultados a política de responsabilização, através da Lei Estadual nº13.237/07, onde cada instituição escolar terá metas percentuais crescentes e anuais a alcançar dentro de sua realidade, levando assim a buscar meios próprios de desenvolvimento de metodologias variadas no intuito de alcançar as metas supracitadas pactuadas com a equipe gestora. Apesar de haver polêmicas acerca da avaliação de larga escala, ela vem ganhando importância e reconhecimento em todo o Brasil, “(...) porque ela diz respeito a resultados que deveriam ser alcançados quaisquer que sejam as diferentes concepções a respeito do processo pedagógico” (BARBOSA, s.d.,p.3). Apesar de receber algumas críticas, não podemos negar a imensa importância que o SAEPE tem em mensurar, em larga escala, os resultados obtidos e gerar um panorama sobre a situação das escolas públicas da rede estadual de Pernambuco. A não previsão, no entanto, foi a contemplação de meios diferenciados para avaliação, também em larga escala dos alunos com alguma necessidade de atendimento especializado localizado dentro do contexto da sala de aula na modalidade regular, que por conseguinte, são mensurados pelos mesmos mecanismos avaliativos. O que a presente proposta de pesquisa busca é exatamente encontrar até onde, dentro das realidades diversas e peculiaridades locais, esse sistema segrega os alunos supracitados dentro do interior do espaço escolar



METODOLOGIA

Na presente pesquisa, pretendemos verificar como o processo avaliativo pode contribuir para o crescimento e a autonomia dos alunos com necessidades educacionais especializadas inclusos no ensino regular. Este trabalho, por meio de uma revisão da literatura especializada, intenciona refletir sobre a contribuição da avaliação educacional, nas áreas do diagnóstico e da aprendizagem, para o desenvolvimento pleno desse alunado. Para tanto, a observação será nosso ponto de partida para demarcarmos as variáveis externas e internas; as quais irão interferir, consideravelmente, nos resultados a serem encontrados. Então, utilizaremos os procedimentos metodológicos da pesquisa de campo e dos critérios da análise qualitativa.

O corpus da pesquisa será formado por relatórios e outros documentos redigidos a partir das observações, para, assim, verificarmos, diacronicamente, a evolução no que se refere à avaliação. Essa pesquisa tem o caráter exploratório, e, portanto, “busca proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato”. (GIL, 1999, p. 43)

No intuito de atingirmos os objetivos almejados, aplicaremos questionários aos docentes e à comunidade escolar. Nosso corpus será selecionado de acordo com o resultado do IDEPE (Índice de Desempenho Educacional de Pernambuco), analisando esses resultados que busca, prioritariamente, elevar a qualidade do ensino. Posteriormente, analisaremos os questionários e formularemos gráficos para estabelecermos comparações entre dados das várias escolas e suas, respectivas, realidades.

Com o presente estudo, procuramos analisar como o processo avaliativo dialoga para a melhoria da aprendizagem, numa perspectiva inclusiva, nas escolas públicas da rede estadual de Pernambuco; uma vez que a educação deve servir para preparar o aluno para situações que vão além dos muros da escola.



RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao associar os resultados da avaliação às políticas de incentivo, o SAEPE buscou reduzir as desigualdades e elevar o grau de eficácia das escolas.

Com o objetivo de produzir um diagnóstico do desempenho escolar dos alunos do sistema educacional de Pernambuco, o Governo do Estado implantou desde 2000 o Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco - SAEPE, consolidando sua execução anual a partir de 2008, onde busca desde então, atingir os seus objetivos. Dentre eles:

- Dar maior transparência pública os processos e resultados das avaliações educacionais;
- Subsidiar as escolas de forma permanente e sistemática, com resultados por elas obtidos, com insumo para aprofundar seu projeto pedagógico e as condições de gestão autônoma da unidade escolar;
- Subsidiar as políticas das diversas instâncias de gestão das redes de ensino;
- Focalizar a atuação do Sistema Educacional e das escolas nos aspectos considerados críticos para a educação no Estado;
- Estabelecer estratégias de incentivo, em função da melhoria de seu desempenho e da qualidade de seus resultados;
- Criar a política de responsabilização dos resultados através dos índices apresentados

Dentro deste contexto, o Sistema aparece como sendo uma peça fundamental na análise dos resultados educacionais, pois é um instrumento significativo que oferece subsídios para a formulação e a reformulação e o monitoramento de políticas públicas, e também para a gestão da educação. Existem três propósitos da avaliação nos sistemas de ensino, como afirma Depresbiteris (2001, p 144) “(...) Fornecer resultados para a gestão da educação, subsidiar a melhoria dos projetos pedagógicos das escolas e propiciar informações para a melhoria da própria avaliação, o que a caracteriza como meta-avaliação”. Por outro lado, os procedimentos adotados não devem se concentrar apenas a mostrar resultados mecânicos, de conhecimentos já adquiridos, sem levar em consideração os conhecimentos ainda em processo de desenvolvimento dos alunos, investindo maiores esforços em estratégias de identificação e intervenção precoces, bem como nos aspectos vocacionais da educação inclusiva.

Para atingir os objetivos propostos pelo Sistema de Avaliação. O governo direcionou o foco para a formação dos Conselhos Escolares, que por sua vez, é proveniente de um momento de transformações e de transição ao ambiente democrático. Segundo PARO (1992), os conselhos de multiparticipação são ambientes de micropolítica, discutindo e reproduzindo atitudes que interferem na condução das unidades escolares.



(...) Quando falamos de participação da comunidade, estamos preocupados com a participação da tomada de decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não tem esta como fim, mas sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, entendida esta como partilha de poder. (PARO, 1992, p. 260)

Dentro deste contexto de múltiplas compreensões, podemos obter fortes aliados para efetivação da inclusão nas ações internas da escola, que refletirão a posteriori, nas ações externas. Assim, permite-se que os diversos agentes ganhem importância relativa e se tornem protagonistas do ambiente escolar junto à direção da unidade. As decisões quando tomadas democraticamente assumem um caráter de legitimidade mais plena.

Compreendemos também, que o professor apresenta um caráter essencial, nessa relação avaliação formal e avaliação inclusiva, uma vez que ele precisa ser gestor da aprendizagem, o grande protagonista do processo de ensinar e aprender, sendo necessário para isso, ressignificar o seu papel, valorizá-lo e investir-se na sua especialização, através de programas de formação continuada, visando uma maior qualidade no tocante a avaliações internas e externas. Para Nóvoa (2009, p.31), “(...) *Os modos de profissionalidade docente implicam um reforço das dimensões coletivas e colaborativas, do trabalho em equipe, da intervenção conjunta nos projetos educativos de escola*”.

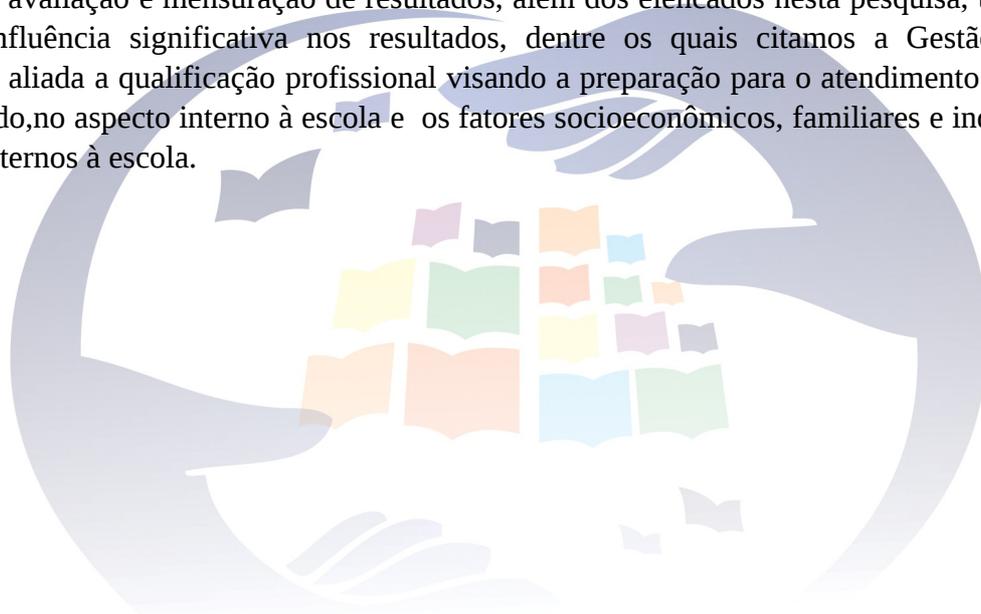
Atrelado a esses aspectos, a participação familiar no processo de aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, tem em muito contribuído na questão dos resultados., pois trata-se de uma aliança na qual o diálogo é fundamental para estabelecer estratégias comuns. Atualmente, as escolas estão abrindo mais espaços para participação, como prevê os princípios da gestão democrática. Também Orsolon (2004, p. 182) assegura que:

(...) O trabalho de parceria com a família constrói-se com e no coletivo da escola, mediante a articulação dos diferentes atores da organização, na complexidade e na dinamicidade das relações, nos espaços previstos pela organização e nos espaços reivindicados.

CONCLUSÕES

Em síntese, é inegável a importância do SAEPE para a análise dos resultados educacionais, porém, o mesmo deverá buscar mensurar, de forma igualitária os alunos com níveis diferenciados de aprendizagens e de forma diferenciada os que, por limitações personalíssimas, não puderem alcançar o nível de aprendizagem uniforme e generalista trazido pelo referido Sistema de Avaliação. Dessa forma, deveremos ressaltar os aspectos cognitivos, que deverão ser identificados pela avaliação formal ou interna, que também desempenha papel importante na obtenção dos resultados da avaliação em larga escala, como destaca Perrenoud (1996), “(...) A avaliação formal ou interna, fixa oficialmente o nível de excelência reconhecido a cada aluno, seja para uma prova particular, para um período de trabalho ou em uma matéria definida, ou relativa ao conjunto do programa do curso escolar”. (PERRENOUD, 1996, p.122).

Alguns fatores devem ser levados em consideração no momento da formulação de políticas públicas de avaliação e mensuração de resultados, além dos elencados nesta pesquisa, uma vez que possuem influência significativa nos resultados, dentre os quais citamos a Gestão, a Prática pedagógica aliada a qualificação profissional visando a preparação para o atendimento individual e especializado, no aspecto interno à escola e os fatores socioeconômicos, familiares e individuais, no aspectos externos à escola.





REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

DEPRESBITERIS, L. **Avaliando competências na escola de alguns ou na escola de todos?** Boletim Técnico do Senac. São Paulo, v. 27, n. 3, set.-dez. 2001.

INEP. **Participação dos pais ajuda no desempenho escolar da criança**. Disponível em: . Acesso em: 14 out. 2010.

ALCUDIA, R. Et Al. **Atenção a Diversidade**. Porto Alegre, Artmed, 2002

ASSUNÇÃO, Elizabete; COELHO, M.T. **Problemas de Aprendizagem**. São Paulo, Ática, 1989.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9.394/96**. Brasília. MEC, 1996.

PARO V. H. **Gestão da escola pública: a participação da comunidade**. Revista de estudos pedagógicos, 1992.

PARO V. H. **Qualidade do ensino: a contribuição dos pais**. São Paulo: Xamã, 2007.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo e Excelência em Gestão Escolar: Curso de aperfeiçoamento – Módulo I- Políticas Públicas Educacionais: Marcos Regulatórios/Secretaria de Educação do Estado, 2012**

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo e Excelência em Gestão Escolar: Curso de aperfeiçoamento – Módulo XI- Monitoramento e Avaliações dos processos de Ensino e aprendizagem/ Secretaria de Educação do Estado, 2012**

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. **Construindo e Excelência em Gestão Escolar: Curso de aperfeiçoamento – Módulo XII- Políticas de Responsabilização Educacional/ Secretaria de Educação do Estado, 2012**



CASASSUS, J. **Uma nota crítica sobre a avaliação estandardizada**: a perda de qualidade e a segmentação social. In: Sísifo/ Revista de Ciências da Educação. N°. 9. mai/ago 09.

MACHADO, C. **Avaliação Externa e Gestão Escolar: Reflexões sobre usos dos resultados**. In Revista @ambienteeducação. 5(1): 70-82, jan/jun/2012.

VIANNA, H. M. (2005). **Fundamentos de um programa de avaliação educacional**. Brasília: Liber Livro.

HOBSBAWM, E. (1995). **A avaliação externa como instrumento da gestão educacional nos estados**: relatório final. Belo Horizonte: Game/ Faculdade de Educação / Universidade Federal de Minas Gerais, ago.

BRESSER Pereira, L. C. (1998). **Avaliação da educação básica: pesquisa e gestão**. Rio de Janeiro: Editora PUC- Rio; São Paulo: Loyola, p. 65-78

BATISTA, C.A.M. **Atendimento Educacional Especializado para pessoas com Deficiência Mental**, Petrópolis, Vozes, 2008.

BIACHETTI, L; FREIRE, I (orgs), **Um olhar sobre a diferença**, Campinas, Papirus, 2006

ARANHA, M.S.F. **Paradigmas da Relação da Sociedade com as pessoas com deficiência**, Revista do MT, Brasília, Março de 2001

ANDRÉ, M.(org). **Pedagogia das Diferenças na Sala de Aula**, Campinas, Papiros, 1999.